

JORNALISMO

Do lugar de referência ao rigor do método¹

Alfredo Vizeu ²
Adriana Santana ³

Resumo: *O objetivo deste artigo é propor algumas questões quanto ao jornalismo como um lugar de referência e a conseqüente necessidade do rigor no método de investigação. Procuramos analisar o jornalismo como um das instituições centrais na orientação do homem moderno, bem como problematizar a questão da investigação jornalística. Com base nos referenciais teóricos da cordialidade, da função pedagógica do Jornalismo e do método de apuração, seleção e produção da notícia, procuramos apontar algumas pistas que indicam as mudanças que vêm ocorrendo no campo jornalístico nesta já quase primeira década do século XXI.*

Palavras-Chave: *lugar de referência, construção da realidade, investigação jornalística.*

1. Introdução: o papel de referência e redução de complexidade

O jornalismo ocupa um espaço preponderante na maneira com a qual nos utilizamos para perceber e organizar mentalmente o mundo. Esse lugar de referência (VIZEU & CORREIA, 2006) preenchido pela atividade jornalística se deve, em muitas instâncias, ao modo como os jornalistas ordenam a descrição de fatos para formar o noticiário do dia, e a análise dessa produção – que passa essencialmente pelo método de apuração – pode trazer pistas valiosas acerca do mundo a nossa volta (FONTCUBERTA, 1998, p.12).

Os principais veículos do País, em particular, os de Pernambuco, noticiaram em grandes manchetes o caso de uma jovem advogada recifense, que afirmava estar grávida de gêmeos de três meses, supostamente atacada por neonazistas no município de Dübendorf, onde mora, próximo a Zurique, na Suíça, no dia nove de fevereiro de 2009. A vítima, que teria sido atacada com requintes de crueldade, acabou, segundo ela, perdendo os bebês. Na

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho de Jornalismo, do XVIII Encontro da Compós, na PUC-MG, Belo Horizonte, MG, em junho de 2009.

² Doutor em Comunicação (UFRJ) e professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)/vizeu@hotlink.com.br

³ Jornalista, mestre (UFPE) e doutoranda em Comunicação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) /adriana.santana@superig.com.br

barriga e nas coxas da advogada foram escritas a siglas SVP, algo como Partido do Povo Suíço, agremiação que dá guarida a grupos de ultradireita e xenófobos.

Mais um caso de um ritual fascista contra imigrantes latinos na Europa? Auto-flagelo como suspeitava a polícia até a finalização deste artigo? Independentemente do desfecho desse caso, consideramos que reduzir essa barbárie à perseguição a imigrantes é uma das faces de um problema bem mais amplo que envolve questões de fundo que comprometem a própria existência da sociedade. Vivemos num mundo cada vez mais fragmentado em que os valores comuns, o compartilhamento e a solidariedade entre homens e mulheres é cada vez menor.

A velocidade do crescimento populacional, da migração, do crescimento desordenado das cidades e da economia de mercado aumentam a desorientação de homens e mulheres. Vivemos em sociedades cada vez mais complexas nas quais as referências se tornam tênues (MELUCCI, 2001). Casos como o dos supostos neonazistas suíços fazem parte do cotidiano das notícias dos nossos jornais, revistas, tevês, rádios e web.

No Brasil, o quadro não é muito diferente. O seqüestro de uma jovem na periferia de São Paulo no ano passado, que teve ampla cobertura jornalística, o denominado caso Eloah, também se enquadra dentro desse fenômeno. Ao final do acontecimento a jovem foi assassinada pelo ex-namorado e uma outra moça, ferida. A pergunta que fica é: por quê?

Compartilhamos com a análise de Berger e Luckman (2004) de que a mudança radical de valores e de interpretação no mundo levam a uma desorientação cada vez maior de cidadão e cidadãs. “A maioria [...] sente-se insegura num mundo confuso e cheio de possibilidades de interpretação e, como alguns desses também estão comprometidos com diferentes possibilidades de vida sentem-se perdidos” (BERGER E LUCKMAN, 2004, p.54). Ou seja, a crise de sentido é um componente central na modernidade.

Como bem observam novamente Berger e Luckmann (2004), todas as sociedades ao longo da história sempre tiveram entidades e instituições geradoras de sentidos. Por exemplo, A Igreja e a Escola que hoje dividem as “reservas de sentido” com outras entidades, contribuindo também para essa crise de orientação do homem moderno.

As instituições controlam a recepção de elementos de sentidos pelos estoques sociais de conhecimento e organizam a intermediação, a mediação das reservas históricas dos mesmos para os membros da sociedade contribuindo dessa forma para a redução da complexidade bem como colocando-se como um dos possíveis referenciais do dia-a-dia na contemporaneidade.

Para os autores, a mídia e, acrescentamos, em particular o Jornalismo, pode desempenhar um papel-chave na orientação moderna de sentido, na comunicação de sentido:

“São intermediadoras entre a experiência coletiva e a individual, oferecem interpretações típicas para problemas definidos como típicos. Tudo o que as outras instituições produzem em matéria de interpretações de realidade, os meios de comunicação selecionam, organizam (empacotam), transformam, na maioria das vezes no curso desse processo, e decidem sobre a forma da sua difusão”.(BERGER, LUCKMAN, 2004)

Nesse sentido, consideramos que é possível avançar e propor que não só o telejornalismo (VIZEU, 2008) poderia funcionar como um dos lugares centrais de referência no mundo atual nas sociedades democráticas. O Jornalismo, ao procurar contribuir para esclarecer e explicar o entorno, contribuiria também para a redução da complexidade. Ao interpretar a realidade social, possibilitaria tornar o mundo mais compreensível para as pessoas.

No entanto, não podemos ser ingênuos em acreditar que essa seja a preocupação da maioria das empresas jornalísticas que trabalham dentro da lógica do mercado. Mas, isso não impede que reportagens veiculadas nos jornais possam ter esse viés. Não compartilhamos da perspectiva conspiratória de que o campo jornalístico só reforça o *status quo*. Com certeza tem um forte papel nesse sentido, mas defender uma onipotência do jornalismo que dominaria ‘corações e mentes’ é, no nosso entendimento, reduzir o lugar de conflito e tensional do campo jornalístico bem como subestimar a audiência ativa que significa e ressignifica os conteúdos apresentados. E não é uma caixa vazia.

Nessa perspectiva consideramos que a redução da complexidade tem como referência o cotidiano. O contexto teórico do conhecimento do Jornalismo é o contexto da *práxis*. O

jornalismo precisa “molhar-se” pela realidade. Ou seja, não há contexto teórico verdadeiro a não ser na união dialética com a prática, com o contexto concreto. No contexto teórico buscamos “tomar distância” dos fatos; no prático, no concreto, somos sujeitos e objetos em relação ao objeto (FREIRE, 1987).

Nas práticas diárias de produção da notícia é esse procedimento o qual os jornalistas adotam o tempo todo, muitas vezes de forma inconsciente. No ‘contexto teórico’ de elaboração da informação, o repórter e/ou o redator assumem o papel de sujeitos cognoscentes da relação sujeito-objeto que se dá no contexto concreto para, voltando a este, melhor atuar como sujeitos em relação ao objeto. Consideramos que essa relação teoria/prática faz parte do método de apuração de uma matéria, de edição e de apresentação. O método jornalístico tem que ser trabalhado com rigor (CORNU, 1999).

2. A apuração jornalística como propulsora da função referencial

Dentro desse contexto, o rigor do método da investigação jornalística é de fundamental importância. A apuração de informações no jornalismo, aos moldes de como ficou tradicionalmente conhecida, surge lado-a-lado com o recurso da entrevista pela imprensa popular. Um dos primeiros usos desse expediente em 'espaço nobre' de que se tem notícia foi a realizada por James Gordon Bennet, proprietário do New York Herald, em 1836. A conversa com uma cafetina, publicada no veículo, mudou o rumo da investigação sobre o assassinato da prostituta Helen Jewett (Pereira Junior, 2006). Somente no final do século 18 é que a imprensa inglesa obteve o direito oficial de apurar, passando a assistir aos debates do Parlamento (Cornu, 1994).

Wolfe (2006) ressalta que, mesmo na pouco distante década de '60 do século passado, nos EUA, ainda era raro a repórteres e colunistas saírem às ruas para apurar informações com as fontes. O Brasil, mesmo com a chegada da imprensa oficial em 1808, só viria efetivamente a contar com o trabalho jornalístico calcado nas entrevistas e na observação, com base na escola americana de produção noticiosa, após a segunda metade do século passado – e ainda assim não totalmente, como ressalta Lage (2001).

Contudo, o método de conversar com as pessoas e observar o cotidiano nas cidades já dava suas mostras em solo nacional no *fin-de-siècle*, especialmente através de João do Rio (pseudônimo de Paulo Barreto) e suas crônicas baseadas no comum das gentes e no andamento da vida na então capital brasileira.

Ainda que relativamente recente no jornalismo, a apuração com foco na presença do repórter nos locais dos fatos e nas entrevistas, herança do periodismo norte-americano, faz parte do imaginário e do ideário em torno da atividade jornalística. E é justamente essa tarefa que faz surgir o repórter, figura que entra na história do jornalismo não antes do século 19, mas que marcou o jornalismo ocidental do final do século 19 e por todo o século 20.

Lage (2001, p.16-17) lembra que a reportagem e o seu principal instrumento, o repórter, “colocou em primeiro plano novos problemas, como discernir o que é privado, de interesse individual, do que é público, de interesse coletivo; o que o Estado pode manter em sigilo e o que não pode”.

Apesar de a apuração de informações ainda figurar como a base do jornalismo contemporâneo, fatores como a profusão de assessorias de imprensa, acesso mais facilitado a informações e redações enxutas, acabam sendo um ‘incentivo’ à redução da investigação e da pesquisa própria dentro dos jornais. (Santana, 2005). O rigor do método de investigação, força-motriz do lugar de referência ocupado pelo jornalismo, é enfraquecido, diminuindo, assim, também a própria legitimidade do campo.

Incluimos, entre o rol de preocupações de um método de investigação criterioso, a preocupação com a contextualização. Desprezar o contexto no qual o fato está inserido poderia levar, em primeira instância, a dificuldades de compreensão do acontecimento. Contextualizar poderia ser classificado como colocar o máximo possível de peças no quebra-cabeça noticioso, contribuindo para que o fato faça parte de uma história, e não visto de forma isolada do mundo que o cerca. A contribuição de se expor o contexto que envolve um fato continua a ter importância nas suítes noticiosas, as quais, não é raro, não inserem o leitor/público/audiência às explicações necessárias ao entendimento da seqüência dos acontecimentos.

Kunczik (2001, p.17) chega a afirmar que “o trabalho jornalístico genuíno, de investigação, de redação e de edição, praticamente já não existe na atualidade”. Não é incomum, em redações de veículos online atrelados a outras mídias do mesmo grupo, os repórteres da Web ‘aproveitarem’ o conteúdo da apuração realizada por jornalistas de impresso e audiovisual, especialmente no que tange às matérias factuais. Machado (2003, p.30) ressalta que a redação do jornal digital, por não ter a necessidade de os jornalistas estarem nos locais onde ocorrem os fatos, “ocupa o lugar de um centro de gravidade para onde converge o fluxo de matérias enviadas pelos profissionais, colaboradores e usuários do sistema.”

Essa redução da presença dos repórteres na rua caminha em descompasso com o estereótipo comumente associado aos ‘homens de notícia’ e a efetiva atuação desses profissionais, que vêm adotando uma *persona* que pode vir a explicar, em partes, esses passos em dissonância.

De um lado, o senso comum que vincula o jornalista ao artífice da palavra que escava os fatos obscuros e escondidos, com vistas a trazê-los à superfície, ao ‘paladino’ da justiça, à figura que ocupa um papel social que faz valer a sua função de ‘divulgador’ para garantir o cumprimento das regras mais basilares do processo democrático, e de, por isso mesmo, funcionar como um fiscalizador dos poderes públicos e, ainda, moralizador da esfera privada.

Essa visão, apesar de modificada e acrescida de características desde a solidificação da figura do jornalista no mundo ocidental, não teve alterações significativas, essenciais, ao longo dos últimos três séculos. Quer seja no seu caráter valorativamente negativo (intromissão, arrogância, simplismos e reduções, parcialidade velada) ou positivo (senso de justiça, fiscalização do poder público, catalisação das mudanças sociais, erudição), o fato é que o estereótipo do jornalista, especialmente o do repórter, tem se mantido relativamente estável ao longo dos últimos tempos.

Em contrapartida, uma *persona* adquirida (mesmo que auto-rechaçada) por profissionais do jornalismo contemporâneo vem se distanciando, sobremaneira, do ainda vigente senso comum acerca do repórter. Por fatores diversos e causas ainda não

extensamente investigadas – deficiências infra-estruturais nas redações, corpo funcional enxuto, dificuldades no processo de formação educacional, facilidade no acesso remoto a fontes, profusão de informações ‘prontas’, ‘acabadas’, produzidas por estratégias da tríade de assessorias de imprensa, marketing e relações públicas, descaso ou raquitismo com as técnicas de apurações, barreiras editoriais, influência das limitações editoriais (interesses político-econômicos) entre outros constrangimentos -, uma parcela significativa dos jornalistas dos dias atuais pode se encaixar numa categoria dissonante da tradicional.

3. Entre o rigor e a frouxidão metodológica

A ‘nova’ face do jornalista revela uma burocratização no trato com a informação, uma ‘quebra’ no ‘instinto de repórter’ comumente associado a esses profissionais, uma ausência ou diminuição na produção original de conteúdos, uma dependência crescente e excessiva de material gestado em assessorias de comunicação, a pouca ou insuficiente investigação.

Algo que tratamos como ‘jornalismo cordial’ (SANTANA, 2005), uma conceituação em constante processo de revisão e tomada de empréstimo do “homem cordial” (BUARQUE DE HOLANDA, 1995), mas que vislumbra uma atividade jornalística dissociada do conflito, do confronto com as fontes e com os discursos oficiais (sejam públicos ou privados), de repetição dos enunciados produzidos no interior das empresas e instituições (novamente, quer seja de caráter público ou privado), e da apuração como base de todo e qualquer produto noticioso. Cordialidade que não deve ser entendida como postura de submissão, e sim de acomodação e frouxidão dos laços éticos, bem como do enfraquecimento do método de investigação.

A metáfora mais simples para retratar essa conceituação é a do ‘repórter sentado’, o jornalista que não traz das ruas os fatos que serão transformados em notícias, pois que eles já chegam com as próprias pernas às redações.

O “cão rastreador” (KUNCZIK, 2000) é visto cada vez menos nas redações, tem saído das universidades com menor frequência e paulatinamente vem sendo substituído por um funcionário burocrático, acomodado e que beira a apatia, que não traz no repertório a vontade

e urgência em descobrir o novo, vasculhar os fatos – recônditos ou não – ou mesmo reportar os acontecimentos.

Marcondes Filho (2000) chega mesmo a não duvidar da desintegração *in praesentia* do repórter. Tencionamos discutir se e de que modo essa, talvez, involução da prática jornalística - responsável pela substituição da matéria pelo *release*, da apuração na rua pela Internet, da entrevista pela pesquisa 'preguiçosa' no *Google*, da pauta pela 'sugestão de pauta' das assessorias, da postura incisiva e questionadora pela acomodação desmedida – está redesenhando o modo de se fazer jornalismo nos dias atuais. Mais: como associar o jornalismo realizado a esses moldes com o nosso conceito de referência?

Saliente-se que essa acomodação não se refere apenas a um modo diverso de se realizar o jornalismo, e nem é fruto de uma suposta nostalgia a respeito do jornalismo de reportagem iniciado no Brasil com João do Rio (MEDINA, 1988), e sim deve ser entendida como uma forma completamente avessa a tudo que até o presente momento tem se convencionado mundialmente por jornalismo.

Este trabalho parte com a hipótese de que o próprio dia-a-dia dos jornalistas e a dinâmica de trabalho - aliados à formação universitária, ao descompromisso e falta de zelo para com a informação por parte do jornalista, bem como ao pouco investimento das empresas na constante capacitação profissional e na qualidade de trabalho - estão dando origem à burocratização do jornalismo. Por sua vez, essa 'nova face' da profissão está criando um novo personagem: a *persona* do 'jornalista cordial', que tende a enfraquecer o caráter referencial ocupado pela atividade jornalística.

A preocupação com o rigor do método já trouxe propósitos de aproximações do jornalismo com o fazer científico. Kunczik (2001, p.24) lembra que, destacadamente na Alemanha do século 19, os jornalistas apresentavam “a tendência de aplicar um enfoque e um método científico ao seu trabalho”, com a utilização dos termos “jornalista” e “doutor” com o mesmíssimo sentido.

Foi também a Alemanha palco de pelo menos três importantes estudos científicos sobre a atividade jornalística. Enquanto Peucer (1690), autor da primeira tese doutoral sobre o jornalismo, já pretendia uma teoria própria para o periodismo, Weber, em 1910, defendia um “estudo genuinamente científico” sobre a imprensa e Groth (data) levantava a bandeira de uma ciência dos jornais (*Zeitungswissenschaft*).

Nos Estados Unidos, Robert Park, que havia atuado como jornalista profissional antes de embarcar para a carreira acadêmica como sociólogo e professor, desenvolve extensa pesquisa sobre o jornalismo (MACHADO, 2005), com destaque para a tese doutoral *Crowd and Public*, defendida em 1903, na Alemanha. Meyer (1973), com o seu “jornalismo de precisão”, advogava a prática de um jornalismo próximo à busca por exatidão encontrada nas ciências sociais, trazendo as técnicas estatísticas como auxiliares eficazes para uma apuração criteriosa. A reportagem com auxílio por computador (RAC) tem sido, desde a década de '80, utilizada como forma de não apenas conseguir dados com mais facilidade, bem como importante no cruzamento de informações e conseqüente possibilidade de se encontrar recorrências que valham uma investigação.

Para Rodrigo Alsina (2002), há que se reconhecer as limitações do sistema produtivo do qual a profissão/atividade/disciplina faz parte, uma vez que nem é propósito do jornalismo um método tal qual o utilizado em teses científicas.

Como Gomis (1987) entendemos que o jornalismo, antes de ciência, é sim um método de interpretação sucessiva da realidade social. Mesmo não defendendo o *modus operandi* científico como aplicável ao jornalismo – especialmente pelo fator tempo atuar como impeditivo ao método de comprovação e refutação de hipóteses -, acreditamos que a falta de rigor no método de apuração pode acarretar riscos altos e extremamente parecidos com os mesmos erros que vêm se repetindo há pelo menos três séculos de jornalismo - incorreções, marcas na reputação, destruição de carreiras, falácias -, quando se deixa a ética a segundo e terceiro planos no exercício do jornalismo. Uma ética que começa e termina por uma apuração criteriosa, avessa às “negligências na verificação das informações” (CORNU, 1998)

Antes de exigir a rigidez da ciência, preferimos defender a desconfiança como principal linha metodológica adotada na atividade, estratégia que Pena (2005, p.58) define não como pecado, mas “norma de sobrevivência”. A reportagem, trabalho que “pode ser tedioso, confuso, fisicamente sujo, cansativo, até perigoso”, na ferina descrição de Wolfe (2005, p.72), tem por base e princípio a apuração com rigor.

E se não há rigor, certamente a qualidade da informação é comprometida, comprometendo também aquela que consideramos uma das funções centrais do Jornalismo, que é a pedagógica. As notícias devem ter a preocupação de contribuir para o entendimento do mundo da vida. Verón (1983) vê o jornalista como um “enunciador pedagógico”, que pré-ordena o universo do discurso visando ao leitor, que procura orientar, responder-lhe às questões, em suma, informar, sempre guardando uma distância do objetivo dele.

Essa função pedagógica é trabalhada diariamente pelos jornalistas na redação através de uma operação/construção que denominamos de didática (VIZEU, 2008), (VIZEU e CORREIA, 2008). É resultado de uma série de enquadramento culturais, das práticas sociais, da cultura profissional, dos constrangimentos organizacionais e do campo da linguagem que os jornalistas mobilizam para produzirem notícias.

Vejamos um exemplo para deixar mais clara essa preocupação didática. Uma notícia de jornal, ao tratar de um exame que não é de conhecimento da maioria do público, terá que explicar o que pretende informar, como é ilustrado no excerto a seguir: “Os médicos ficaram surpresos com o resultado do **exame que registra a atividade linfocitária de um paciente com aids**. O exame é feito para medir a capacidade de defesa imunológica de uma pessoa.”(PATERNOSTRO, 1999).

Certamente, a investigação jornalística não se detém apenas nesse aspecto de ordem pedagógica, mas se não há apuração e levantamento de dados, o leitor/espectador/ouvinte/usuário será, no mínimo, mal-informado. E se o trabalho jornalístico vem pecando pela pouca investigação, o jornalismo terá que se valer de outros expedientes para manter o ‘posto’ de lugar de referência no mundo contemporâneo. Este é um desafio que está lançado para pesquisadores e profissionais do campo jornalístico: a busca pela qualidade da informação.

Referências

- BERGER, P., LUCKMANN, T. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido** : a orientação do homem moderno. Petrópolis : Vozes, 2004.
- BUARQUE de HOLANDA, S. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1995
- CORNU, D. **Jornalismo e verdade**. Lisboa: Piaget, 1999.
- CORNU, Daniel. **Ética da Informação**. Bauru – SP:Edusp, 1998.
- FREIRE,P.**Ação cultura para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro : Paz e Terra,1987.
- FONTCUBERTA. Mar de. **La noticia. Pistas para pircibir el mundo**. Barcelona: Paidós, 1998.
- GOMÍS, L. **Teoria del Periodismo. Como se forma el presente**. México: Paidós, 1991.
- GROTH, O. **Die unerkannte Kulturmacht. Grundlegung der Zeitungswissenschaft (Periodik)**. 7 Bände, Berlin, de Gruyter, 1960-72.
- KUNCZIK, M. **Manual de Comunicação. Conceitos de Jornalismo:Norte e Sul**. São Paulo: Edusp, 2001.
- LAGE, N. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**, de Record: Rio de Janeiro, 2001
- MACHADO, E. **O ciberespaço como fonte para jornalistas**. Salvador: Calandra, 2003.
- _____. **O pioneirismo de Robert E. Park na pesquisa em Jornalismo**. In: **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia** Vol.II Nº 1, p 23-34 - 1º Semestre de 2005.
- MARCONDES FILHO, C. **Comunicação e Jornalismo. A saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.
- MEDINA, C. **Notícia: um produto à venda. Jornalismo na Sociedade Urbana e Industrial**. São Paulo: Summus, 1988.
- MELUCCI, A. **A invenção do presente: movimento sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MEYER, P. **Precision Journalism**. Bloomington: Indiana University Press, 1973
- MORETZSOHN, S. **Pensando contra os fatos. Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico**. Rio de Janeiro, Revan, 2007.
- PATERNOSTRO, V. I. **O texto na tv : manual de telejornalismo**. Rio de Janeiro : Campus, 1999.
- PEREIRA JÚNIOR, L. **Apuração da notícia**. Vozes: Petrópolis (RJ), 2006.
- RODRIGO ALSINA, M. **La construcción de la noticia**. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós, 1996
- _____. **Interculturalidad y medios de comunicación: el caso de Cataluña**. Artículo apresentado en *Realidad Multilingüe y Desafío Intercultural: Ciudadanía, Política y Educación*. V Congreso Latinoamericano de Educación Intercultural Bilíngüe. Jornada sobre la Prensa i l’Escola, Santa Coloma, 12 de septiembre de 2002.
- PENA, F. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.
- PEUCER, T. **Os relatos jornalísticos**. *Comunicação e Sociedade*, n.º 33, pp. 199-214, 2000. (Tradução de *De relationibus novellis*,Leipzig: Tese (Doutorado em Periodística) – Universidade de Leipzig, 1690.)

- SANTANA, A. **CTRL+C CTRL+V: O Release nos Jornais Pernambucanos**. Dissertação de Mestrado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2005
- VIZEU, A; CORREIA, J. **A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência**. In: VIZEU, A. (org). A sociedade do telejornalismo. Petrópolis : Vozes, 2008.
- VIZEU, A. O telejornalismo como lugar de referência: a redução da complexidade nas sociedades contemporâneas. 6º SBPJOR, 2008, UMESP/São Paulo. **Anais e palestras**. São Paulo : SBPJOR, 2008. 1 CD-ROM.
- VERÓN, E. Il est là, je le vois, il me parle. **Revue Communications**, nº38, Paris : Seuil, 1983.
- WEBER, M. **Sociologia da Imprensa: Um programa de Pesquisa**. In: Lua Nova. Revista de Cultura e Política. Nº 55-56, Cedec, 2002.
- WOLFE, T. **Radical Chique e o Novo Jornalismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2005